

■ Continuação da capa

Diretrizes definem a qualidade

– Como as diretrizes curriculares estão chegando à escola?

– Elas já estão aprovadas e publicadas no Diário Oficial da União. Como conselheira e professora, acho que cabe ao MEC fazer a divulgação ampla do documento, para que as escolas e os usuários tomem conhecimento dos direitos que têm em relação à organização do ensino. Não só professores e administradores, mas também prefeitos, deputados, vereadores e as comissões de educação e cultura das assembleias e câmaras e os conselhos estaduais que têm a responsabilidade do licenciamento das instituições de ensino do país.

– Que mudanças essas diretrizes pretendem provocar nas escolas?

– Elas devem provocar mudanças nos processos de gestão de qualidade da escola. Elas exigem que os diretores discutam a filosofia da escola com seu corpo docente e outros agentes de manutenção. Em geral os diretores estão mais preocupados em aplicar os parâmetros curriculares, os temas transversais. Agora eu pergunto: trabalhar com ética como tema transversal é melhor do que ver a ética como um princípio que educa? Essa é minha crítica. As diretrizes fazem uma definição muito mais clara do lugar da escola na sociedade brasileira. As diretrizes antecedem as outras discussões.

– Toda vez que algum governo lança uma proposta educacional – como os Parâmetros Curriculares, ou os famosos livros azuis, na rede do Rio – a reação do professorado é avessa. Nós temos uma cultura anti-pacotes?

– É mais cômodo adotar um modelo e depois, se não der certo, jogar a culpa no pacote ou simplesmente recusar o pacote. Essa discussão nunca é levada a fundo. A reação avessa é sempre baseada na questão do salário e do plano de carreira. Sem o salário, o professor não se mobiliza pelas novas

propostas. Eu repito que tudo deve vir junto. Nós temos pouco costume de discutir nossa função social, o futuro da nossa profissão, o caráter de dignidade que merecemos no quadro de profissionais do país. Acomodados ou rejeitando iniciativas de governo ou de órgãos de Estado, nós nos eximimos de uma discussão a fundo sobre o rumo do nosso trabalho. Negatividade ou revolta são igualmente daninhas. Comemoramos no próximo ano o centenário

de Anísio Teixeira e isso deveria corresponder à idade da razão. Ele foi uma pessoa muito corajosa, que lutou contra tudo que era estabelecido,

que era visto como certo. Teve coragem de dizer que havia outras formas de educação no país. Talvez por isso ele tenha sido afastado das bibliografias dos cursos de magistério. Só mais tarde, lendo Anísio, fui me dar conta do tanto de inconformidade que nos falta. Mas não é a maioria que sofre disso, talvez seja uma minoria barulhenta. O que eu sinto entre os professores é o desejo de saber mais, de fazer mudanças, de se preparar para fazer mudanças, com condições salariais, com plano de carreira, com um lugar acolhedor para trabalhar. Sinto a necessidade porém de que haja impulsos: na escola, nas secretarias, na sociedade organizada.

– Isso não é uma utopia?

– É uma utopia sim. Mas eu sou uma pessoa que acredita que sem utopia não há mudanças. Eu fui secretária de Educação do governo Cesar Maia, sem ter feito política partidária.

– Na época perguntava-se muito porque a senhora havia aceitado exercer o cargo numa secretaria que enfrentava muitos problemas...

– Aceitei para ser coerente. Eu acreditava na utopia e quis provar que era possível fazer alguma.

– E foi possível?

– Foi. Quais foram os quatro pontos básicos que levamos como po-

lítica educacional? O plano de carreira e salário, que atacamos logo de início, convocando a apresentação dos professores. O segundo ponto foi a proposta curricular, escrita com os professores, orientadora, não obrigatória. Disso nasceu a Multieducação. A terceira coisa era que a rede mega que temos devia utilizar os recursos da mídia eletrônica. Integrar a tecnologia como direito e não como luxo. E está aí a MultiRio. E a modernização da gestão da secretaria, mudando os equipamentos e os procedimentos. E fizemos tudo isso com autonomia.

– De fora se achava que o prefeito não bancaria a proposta...

– Mas bancou e nunca interferiu. Então, retomando a questão do desencanto dos professores com as propostas, eu diria que é possível fazer mudanças. Por isso, repito que as diretrizes são importantes, pois colocam a política de Estado com clareza e ela é uma conquista da população e informa sobre os seus direitos. As diretrizes trazem tudo que deve ser conhecido sobre o sistema de ensino, mas estão aí há dois e não houve nenhum debate público sobre elas. E é mais que hora de debater, sobretudo quando estamos discutindo orçamentos. Cabe ao MEC essa

grande responsabilidade de divulgar as políticas de Estado que são sua responsabilidade. Nós só teremos

uma política educacional duradoura de qualidade se conhecermos melhor como aplicar a lei, se a sociedade conhecer a lei, para poder cobrar.

– Uma outra característica do Magistério é a baixa autoestima que domina entre os professores, tanto públicos quanto privados...

– Na nossa gestão pudemos recuperar a dignidade do trabalho do professor. Sinto não ter conseguido aprovar o plano de carreira antes de finalizar meu mandato, por causa de disputas partidárias. Em 96, o Chico Alencar e o Fernando

William me disseram que iam fazer emendas na proposta. Eu não me importei, queria era a aprovação porque nós tínhamos a oportunidade de dar um piso de R\$500. Nas galerias os professores clamavam por aprovação, mas alguns vereadores fecharam questão em R\$600 e a proposta não passou. Foi uma pena. Eu tenho orgulho de dizer que há uma consciência dos professores e diretores de que ainda temos que caminhar, mas a situação melhorou muito. A MultiRio está funcionando bem, tendo produzido vídeos que rodam o interior do país, as escolas têm orçamentos, organizou-se o sistema de matrículas por áreas da cidade. E não houve quebra de continuidade.

– Que poder a sociedade tem para que não haja quebra de continuidade das políticas públicas?

– O poder dos conselhos educacionais ou não e as diretrizes curriculares. Se mudam os executivos, os conselhos podem exigir dos que assumem a continuidade das políticas. A Educação é um direito que exige muitos deveres por parte de quem a executa.

– A senhora tem uma posição crítica em relação ao Instituto

Normal Superior...

– Acredita-se que foi um avanço exigir o diploma de curso superior dos professores da escola básica.

Mas acho que

onde temos cursos de pedagogia não há que ter esses institutos. O ideal era ter o curso de nível médio e graduações especializadas de qualidade acessíveis aos professores. Mas a comunidade escolar já está reagindo e denunciando à sociedade brasileira a natureza excludente do parecer 970/99, da Câmara de Educação Superior, que tira dos cursos de Pedagogia a possibilidade de formar os professores da escola básica.

Veja a íntegra da entrevista no JB Online

O conselho definiu o lugar da escola